

Consultoria em Psicologia Escolar: Relato de Experiência
Consultancy in School Psychology: Experience Report
Consultoria en Psicología Escolar: Relato de Experiência

Márcia Elisa Jager(1), Naiana Dapieve Patias(2)

1 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: marciajager@yahoo.com.br | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8118-2066>

2 Faculdade Meridional (IMED), Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: naipatias@hotmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9285-9602>

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, vol. 11, n. 1, p. 184-201, Janeiro-Junho, 2019 - ISSN 2175-5027

[Recebido: Outubro 17, 2017; Aceito: Fevereiro 25, 2019]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3016>

Endereço correspondente / Correspondence address

Márcia Elisa Jager

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das
Missões (URI)

Av. Sete de Setembro, 1621 - Fátima, Erechim - RS, Brasil.

CEP 99709-910

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor-chefe: Jean Von Hohendorff

Como citar este artigo / To cite this article: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

O fortalecimento de ações em Psicologia Escolar, pela via da consultoria, possui relação com o desenvolvimento histórico da especialidade no país, uma vez que não conquistou sua colocação legalizada nas escolas públicas, permanecendo sua atuação restrita a escolas privadas. Este artigo descreve as ações extensionistas iniciais desenvolvidas no projeto de extensão “Consultoria em Psicologia Escolar: proposta interventiva em queixas escolares”, vinculadas a uma Universidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. As ações contemplaram o mapeamento de queixas escolares da rede municipal de ensino da cidade e o desenvolvimento de ações interventivas planejadas a partir das demandas identificadas, tais como grupos com alunos e com professores. Ainda, pela via de relatório do mapeamento das queixas escolares, buscou-se propor intervenções futuras junto à equipe da Secretaria Municipal de Educação. As ações extensionistas proporcionaram um novo olhar às experiências escolares na medida em que as queixas puderam ser compreendidas para além do atendimento individual e intervenções familiares já realizadas pela equipe de Psicologia Escolar da cidade. A partir das práticas desenvolvidas, as ações do projeto de extensão passaram a compor uma alternativa de encaminhamentos junto à equipe de Psicologia Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

Palavras-chaves: Psicologia educacional, Escola, Professores escolares, Estudantes

Abstract

The strengthening of actions in school psychology, via consulting, is related to the historical development of this specialty in the country, since it did not achieve its legalized placement in public schools, but its activity remains restricted to private schools. This article describes the initial actions developed in the extension project “Consultancy in School Psychology: intervention proposal in school complaints”, linked to a University of the interior of the State of Rio Grande do Sul, Brazil. The actions included the identification of the complaints in the schools of the city and the development of intervention actions planned from the identified demands, such as groups with students and teachers. In addition, through a report with the identified school complaints, future interventions could be proposed within the Municipal Education Department team. Extension actions provided a new look at school experiences as complaints could be understood beyond the individual treatment and family interventions already performed by the School Psychology team in the city. From the practices developed, the actions of the extension project started to compose an alternative for the referrals made by the School Psychology team of the Municipal Education Department.

Keywords: Educational psychology, School, Teachers, Students

Resumen

El fortalecimiento de acciones en psicología escolar, vía consultoría, tiene relación con el desarrollo histórico de la especialidad en el país, una vez que no ha conquistado su colocación legalizada en las escuelas públicas, permaneciendo su actuación restringida a las escuelas privadas. Este artículo describe las acciones iniciales desarrolladas en el proyecto de extensión “Consultoría en Psicología Escolar: propuesta intervencionista en quejas escolares”, vinculadas a una Universidad del interior del Estado de Rio Grande do Sul, Brasil. Las acciones contemplaron la identificación de quejas escolares de la red municipal de enseñanza de la ciudad y el desarrollo de acciones intervencionistas planificadas a partir de las demandas identificadas, tales como grupos con alumnos y con profesores. Además, a través del informe sobre las quejas escolares, se buscó proponer intervenciones futuras junto al equipo de la Secretaría Municipal de Educación. Las acciones de extensión proporcionaron una nueva mirada a las experiencias escolares, una vez que las quejas pudieron ser comprendidas más allá de la atención individual e intervenciones familiares ya realizadas por el equipo de Psicología Escolar de la ciudad. A partir de las prácticas desarrolladas, las acciones del proyecto de extensión pasaron a componer una alternativa de derivación junto al equipo de Psicología Escolar de la Secretaría Municipal de Educación.

Palabras clave: Psicología educativa, Escuela, Profesores escolares, Estudiantes

Introdução

A Psicologia Escolar e Educacional é uma especialidade da Psicologia reconhecida pela Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 013/2007. Esta Resolução indica diversas atribuições do/a psicólogo/a escolar que vão da pesquisa à intervenção propriamente dita, desenvolvidas em diferentes contextos educacionais. O/a psicólogo/a escolar busca potencializar o processo de ensino e aprendizagem, a partir da compreensão crítica do contexto social e cultural da realidade escolar e seus atravessamentos. Suas práticas interventivas contemplam ações individuais ou grupais, pensando as relações institucionais, por meio de práticas profissionais direcionadas a alunos, pais, professores e equipe diretiva. Ainda, pode colaborar na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e demais discussões associadas à prática pedagógica (CFP, 2007).

Embora a Resolução nº 013.2007 seja recente, a Psicologia Escolar nasceu na década de 70, juntamente com a Psicologia enquanto ciência e profissão e tem uma longa história. As primeiras práticas dos/as psicólogos/as escolares são consideradas excludentes, uma vez que buscavam, principalmente, avaliar os alunos e medir suas capacidades cognitivas, indicando-os como “aptos” ou não “aptos” para a inserção e permanência na escola regular (Guzzo, Mezzalira, Moreira, Tizzei, & Silva Neto, 2010; Marinho-Araújo & Almeida, 2014). Assumir este lugar e responder as expectativas escolares garantiu à Psicologia um papel de destaque na educação. Contudo, marcou a construção de um fazer profissional que naturalizou e individualizou as dificuldades educacionais, projetando no aluno e em suas capacidades cognitivas ou contexto familiar a causa pelo fracasso escolar. A partir desta análise, manejos direcionados a uma intervenção individual de alunos “que não aprendiam” e de sua consequente patologização pela via de diagnósticos psiquiátricos associadas à aprendizagem eram comuns à prática (Barbosa & De Souza, 2012; Guzzo et al., 2010).

Esta configuração de atuação profissional explica o imaginário social e a prática de alguns psicólogos associados à um fazer psi que individualiza o sujeito, o responsabilizando pelo fracasso escolar e demais queixas escolares (indisciplina e problemas de comportamento). Essas representações são resquícios da história que se manifestam na multiplicidade de práticas, principalmente nas mais tradicionais – focadas, especialmente, na avaliação e intervenção clínica de alunos (Barbosa & De Souza, 2012; Dias, Patias, & Abaid, 2014).

No entanto, há um movimento na Psicologia enquanto ciência e profissão responsável pelo desenvolvimento de práticas consideradas emergentes, coerentes com uma compreensão de sujeito apoiada em uma perspectiva histórico-cultural. Na perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento humano é entendido de forma integrada e global, considerando que o sujeito interage com a história e com a cultura.

Desta forma, há uma relação dinâmica entre o sujeito, seus fatores internos, biológicos e o contexto social e cultural no qual se encontra inserido (Guzzo, Moreira, & Mezzalira, 2016, Marinho-Araújo, 2016).

O foco no contexto institucional e na intervenção grupal, baseadas em uma perspectiva crítica das queixas escolares e da realidade social representa um novo olhar teórico-prático em psicologia escolar: a Psicologia Escolar Crítica (Guzzo et al., 2010). Este olhar busca superar a histórica culpabilização dos alunos em relação aos problemas escolares compreendendo o processo de escolarização em suas múltiplas relações (Andrada, 2005; Barbosa & Marinho-Araújo, 2010; Barbosa & De Souza, 2012; Dias et al., 2014; Guzzo, Moreira, & Mezzalira, 2011; Guzzo et al., 2010; Lima, 2005; Marinho-Araújo & Almeida, 2014; Patto, 1993; Pereira-Silva, Andrade, Crolman, & Mejía, 2017). A abordagem crítica da Psicologia Escolar atua de forma institucional e coletiva, potencializando as relações sociais e considerando a complexidade da realidade escolar, com seus atravessamentos sociais, culturais, políticos e ideológicos. Fundamentando-se por essas proposições, o/a psicólogo/a escolar deve mediar a conscientização de papéis, funções e responsabilidades dos atores escolares no processo de aprendizagem, oportunizando espaços de reflexão com o objetivo de ressignificar e desnaturalizar as queixas escolares, propondo então intervenções em uma perspectiva institucional e coletiva (Marinho-Araújo, 2016).

No que diz respeito aos contextos de atuação, hoje, no Brasil, há poucos psicólogos que trabalham na área da educação. De fato, em um levantamento realizado em 2015 acerca das áreas da Psicologia e seu desenvolvimento, apenas 10% de profissionais estavam inseridos em contexto escolar, sendo que muitos conciliavam essa área de trabalho com outra, como a clínica, por exemplo (Borges-Andrade, Bastos, Andery, Guzzo, & Trindade, 2015). A baixa inserção do psicólogo nas escolas está atrelada à falta de uma política pública que priorize esse profissional nas escolas, sendo que, muitas vezes, o acesso a esses espaços se dá via concursos públicos, sendo o psicólogo “emprestado” da prefeitura, das Unidades Básicas de Saúde ou da Assistência Social para as Secretarias de Educação. Associado à essas condições, os baixos salários, a falta de perspectiva de progressão de carreira e as precárias condições de trabalho contribuem para a baixa adesão de psicólogos na área escolar (De Souza, Gomes, Checchia, Lara, & Roman, 2016). No que diz respeito às políticas públicas, embora tramite no Senado um projeto de lei, 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e assistência social na escola (Brasil, 2000), a presença do profissional de psicologia não é obrigatória. Desta forma, a consultoria pode ser uma opção para o auxílio em demandas escolares.

A consultoria escolar (e em outros espaços institucionais) vem se fortalecendo nas últimas décadas, viabilizando financeiramente a contratação destes serviços para as escolas municipais, estaduais e privadas (Silva, 2009a). O fortalecimento de ações

em Psicologia Escolar, pela via da consultoria, possui relação com o desenvolvimento histórico da especialidade no país, uma vez que não conquistou sua colocação legalizada nas escolas públicas, ficando sua atuação restrita a escolas privadas. Essa restrição de mercado contribui para que psicólogos não busquem essa área de atuação, mesmo tendo identificação e interesse em atuar na área. A proposta de consultoria amplia esse espaço, superando o impeditivo legal, ampliando práticas e aumentando especialistas na área, se tornando mais uma oportunidade de trabalho do psicólogo para a promoção de mudanças na realidade social (Silva, 2009b).

As ações na consultoria em Psicologia Escolar são atravessadas pela formação teórica e prática dos psicólogos consultores. As ações em Psicologia Escolar descritas neste artigo são coerentes com o modelo apresentado por Silva e colaboradores (2009b) e baseadas nos pressupostos da Psicologia Escolar crítica. Sua proposta caracteriza uma atuação preventiva, embora, na maioria das vezes, sua inserção na escola ocorra pela via da demanda “curativa” tendo, frequentemente, o aluno-problema como demanda inicial. O seu principal objetivo é, por meio de ações coletivas, desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que empoderem a escola e seus agentes na resolução de conflitos. A clientela é a instituição como um todo, percebida na sua perspectiva crítica e contextualizada, favorecendo a escuta e sedimentando o compromisso social. O psicólogo consultor deve ter conhecimentos teóricos, técnicos e éticos específicos da área educacional em harmonia com conhecimentos teóricos, práticos e éticos em Psicologia.

O objetivo deste artigo é descrever as ações extensionistas iniciais desenvolvidas no projeto de extensão “Consultoria em Psicologia Escolar”, desde o ano de 2017, vinculado ao Curso de Psicologia de uma Universidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul, apoiado por editais de Bolsas de Extensão e de Fluxo Contínuo. Seu objetivo é mapear, compreender e intervir nas principais queixas escolares apresentadas pelas escolas municipais da região.

Método de execução

As ações do projeto iniciaram-se em agosto de 2017 por meio da atuação ativa de duas alunas bolsistas (uma em cada semestre letivo) e de alunos voluntários do curso de Psicologia, supervisionados semanalmente pela professora responsável, nas dependências da universidade. Em agosto de 2017 construiu-se a identidade visual do projeto, bem como se trabalhou na sua divulgação por meio do site e da rádio da universidade. Construiu-se também *flyers* e cartazes que serviram como dispositivos para acesso às escolas e parcerias construídas ao longo das práticas. No mês de outubro de 2017 investiu-se na construção e consolidação de parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) do município, representada pela secretária

da Educação e pela equipe de duas Psicólogas Escolares municipais, concursadas pelo Município. Algumas das escolas municipais já contavam com estagiários em Psicologia Escolar. No entanto, a sua maioria contava apenas com a atuação das três psicólogas municipais que precisam se dividir entre as 22 escolas. Assim, a atuação do projeto de extensão tornou-se uma parceria potencial para intervenção nas demandas escolares.

Até agosto de 2018, foram visitadas nove Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e 12 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIIs). As visitas foram realizadas pela equipe do projeto e tiveram como objetivo apresentar o projeto de extensão e ouvir, por meio de uma entrevista aberta (Marconi & Lakatos, 2015), a narrativa dos diretores e professores sobre as queixas escolares que caracterizavam o espaço escolar. As entrevistas foram realizadas nas dependências da escola, comumente na sala da direção escolar. A equipe registrou as narrativas a punho para que, em supervisão acadêmica, elas pudessem ser discutidas e analisadas à luz do referencial teórico.

A partir dessa compreensão inicial, foi realizada uma análise de conteúdo qualitativa temática (Bardin, 2011) na qual foi possível identificar as principais queixas escolares e propor hipóteses de estratégias interventivas. Foi realizado um mapeamento inicial das queixas escolares que servirão de suporte para iniciar a compreensão das demandas escolares locais e vislumbrar possibilidades interventivas iniciais, a partir de 2019. Estas possibilidades interventivas, quando iniciadas, deverão ser (re) avaliadas, junto a escola e equipe da SMEC para ampliar sua compreensão e manejos adequados, estando em constante discussão e planejamento, conforme sugere Silva e colaboradores (2009a).

Abaixo, um quadro ilustra as demandas e hipóteses interventivas a serem desenvolvidas ao longo das ações extensionistas. Destaca-se que as hipóteses interventivas sugeridas se referem aos recursos da Universidade ao qual o projeto está vinculado e do Curso de Psicologia, enquanto projetos de extensão atuantes no momento, bem como práticas de estágios.

Tabela 1. Demandas e hipóteses interventivas

Demandas	Hipóteses interventivas
Integração família-escola.	<p>Compreender a queixa e os fatores associados, levando em consideração o contexto cultural e social de cada escola e também das famílias.</p> <p>A partir disso, desenvolver estratégias de aproximação entre família e escola pensando nas possibilidades e potencialidades de cada contexto de desenvolvimento, considerando a multiplicidade de configurações familiares e também da organização escolar. As ações poderão ser realizadas por meio das práticas de estágios no âmbito social e institucional do curso de Psicologia a qual o projeto está vinculado, vislumbrando as possibilidades de aproximação entre família e escola.</p>
Dificuldades de aprendizagem.	<p>Conhecer as representações escolares da escola sobre estes alunos e, para cada caso, intervir partindo do modelo “PAIQUE – Procedimentos de avaliação das queixas escolares e níveis de intervenção”, de Neves (2010). Esta intervenção busca pensar as dificuldades de aprendizagens a partir da atuação em três níveis, respectivamente: escola, família e aluno. Ela poderá ser realizada junto com o serviço da Psicologia Escolar da SMEC da cidade, no qual serão pensadas, junto às psicólogas, as intervenções já realizadas e a possibilidade de novos olhares e direcionamentos interventivos nos diferentes níveis propostos pelo programa. Estas ações poderão ser realizadas por meio da prática de estágio na ênfase social e institucional, além de parcerias com cursos de graduação da Universidade a qual o projeto está vinculado.</p>
Queixas associadas aos alunos (desinteresse pela escola, indisciplina, agressividade, baixa tolerância à diversidade, incerteza frente ao futuro profissional, dificuldades na relação professor-aluno, entre outros).	<p>A partir do reconhecimento do contexto, desenvolver grupos com os alunos, pais e professores, dependendo da (s) demanda (s) identificada (s). Construir relações com projetos vinculados ao Curso de Psicologia (Projeto de extensão em orientação profissional, projetos sobre diversidade sexual e de gênero, entre outras possibilidades em práticas de estágios).</p>

Demandas	Hipóteses interventivas
Inclusão de alunos com diagnósticos de transtornos mentais, especialmente o Transtorno do Espectro Autista – TEA.	Desenvolver grupos de discussão e orientação de manejo para professores, monitores e atendentes. Ainda, vincular a intervenção a práticas de estágios que sejam supervisionados por professores que trabalham com a temática. Planejar e desenvolver seminários que discutam o tema, direcionado aos professores da rede, também passa a ser uma intervenção potencial. Estes seminários poderão ocorrer no espaço da SMEC ou até mesma da Universidade a qual o projeto está vinculado.
Dificuldades dos professores em compreender as características desenvolvimentais, contexto cultural e familiar, situações de vulnerabilidades e seus impactos nas vivências escolares.	Planejar e desenvolver seminários que deem conta de discussões referente a estas temáticas. Estes seminários poderão ocorrer no espaço da SMEC ou até mesmo da Universidade a qual o projeto está vinculado.

Resultados

Ações em andamento

Até o momento da elaboração deste relato de experiência, o projeto de extensão possui três ações em desenvolvimento. Duas delas foram planejadas a partir da demanda de duas escolas municipais que, no momento em que foram visitadas pela primeira vez, já solicitaram a intervenção com os alunos. A outra ação se refere a um grupo de professores que, atualmente, integra a rede de atenção em saúde mental do município, criado na oportunidade de consolidação da parceria com a SMEC, em outubro de 2017.

Adolescentes “rebeldes”: o grupo como possibilidade de escuta e fala

Esta intervenção vem ocorrendo em uma escola municipal, com aproximadamente 225 alunos e 30 funcionários. Na oportunidade da visita à escola, a direção escolar apontou para as dificuldades de relacionamento entre os adolescentes do 7º e 8º ano, bem como frequentes problemas de comportamentos na escola, tal como agressividade e indisciplina. Alunos foram nomeados, pela escola, como “adolescentes rebeldes”. A direção escolar sinalizou o impacto desta queixa no clima escolar e no investimento dos professores nas respectivas turmas. Na opinião da diretora, os professores não acreditavam nos alunos e se sentiam agredidos pelos conflitos frequentes nas aulas.

Após alguns encontros de supervisão na Universidade entre os acadêmicos bolsistas e voluntários do projeto e a professora responsável, buscou-se discutir e

compreender a queixa escolar. A partir daí, foi proposto à escola o desenvolvimento de um grupo com o objetivo de proporcionar um espaço de escuta aos alunos no que se refere à adolescência e seus atravessamentos, bem como o lugar da escola e sua relação com o viver e o ser adolescente na contemporaneidade. Buscou-se uma relação com as vivências adolescentes subjetivas em seus diferentes espaços e a produção da agressividade como forma de administrar conflitos internos (e externos), proporcionando a construção de novas estratégias de enfrentamento pela via da coletividade proporcionada pelo grupo.

As ações grupais foram planejadas (e frequentemente repensadas) a partir da escuta dos próprios adolescentes e do reconhecimento detalhado de suas demandas e necessidades pela via de conversas informais e dinâmicas grupais. As intervenções foram dinamizadas, partindo da realidade cultural e contextual dos adolescentes, bem como da demanda e identidade grupal construída. Temas ligados à violência, sexualidade e dificuldades de interação social que, comumente, vinham atravessadas por comportamentos agressivos descreveram, naquele momento, os interesses grupais dos alunos.

As facilitadoras do grupo foram a aluna bolsista do projeto e uma aluna voluntária que estava realizando seu estágio básico de grupos. O grupo iniciou-se em abril de 2018 e findou-se em novembro de 2018, acolhendo, em média, 35 alunos divididos em dois grupos, um com 17 e outro com 18 integrantes. A participação no grupo foi mediada pela assinatura de um termo de autorização, enviado por meio dos alunos, para assinatura dos pais ou responsáveis legais. Os encontros ocorreram semanalmente, nas dependências da escola, durante a primeira aula de português (7º ano) e matemática (8º ano). Os primeiros encontros foram direcionados ao reconhecimento e acolhimentos dos participantes, bem como realização do contrato e construção de acordos grupais.

Os primeiros encontros buscaram também iniciar a construção da identidade grupal e dos objetivos dos encontros, contemplando uma proposta de espaço de validação emocional e autonomia frente a adolescência e os processos de escolarização. Isso porque o comportamento “rebelde” dos adolescentes traz consigo diversas conflitivas que atravessam a escola, as famílias, os próprios adolescentes, bem como o contexto sócio-histórico-cultural em que se vive. Desta forma, elas precisavam ser compreendidas e validadas para, posteriormente, os adolescentes poderem substituir (ou minimizar) a agressividade enquanto recurso de enfrentamento da realidade.

Os recursos utilizados ao longo dos encontros foram dinâmicas grupais, reportagens, estudo de narrativas e outros recursos semanalmente planejados, coerentes com o perfil do grupo e demanda a ser trabalhada. A título de exemplos de práticas, cita-se as reportagens e narrativas. As reportagens utilizadas foram retiradas de revistas direcionadas ao público adolescente e se referiram à violência escolar e

sexualidade. Para sua discussão, os alunos eram divididos em pequenos grupos para a leitura e discussão e, após, eles elaboraram dúvidas e opiniões sobre o material. Em seguida, em um grande grupo, estas dúvidas e opiniões foram socializadas e discutidas. Os alunos trouxeram, em suas discussões, estereótipos associados ao sexo, gênero e violência que, na discussão grupal, puderam ser discutidas, flexibilizadas e repensadas.

Outra estratégia utilizada foi a discussão de narrativas de alunos vítimas de violência escolar. Os alunos, em pequenos grupos, foram convidados a fazer a leitura das narrativas e elaborar pensamentos, emoções e comportamentos que poderiam estar associados ao personagem. Após, em grande grupo, as narrativas foram debatidas, discutindo sobre o sofrimento associado à violência escolar e os diversos conflitos relacionados a ela, tais como os vinculados ao agressor, à vítima, ao “cúmplice”, à família, à escola, à importância da rede de apoio, formas de enfrentamento, entre outras questões. Não foi utilizado nenhum instrumento de medida para avaliar o impacto da intervenção. No entanto, por meio dos relatos dos professores, pode-se perceber que os alunos se apropriaram de algumas discussões realizadas. Os professores indicaram, em conversas informais ao final do ano letivo com a equipe do projeto, que os comportamentos agressivos diminuíram e algumas discussões grupais foram projetadas para a sala de aula.

Violências no contexto escolar

Ao longo do primeiro semestre letivo, enquanto as escolas ainda estavam sendo visitadas, a diretora de uma delas entrou em contato com a coordenação do Curso de Psicologia, solicitando as ações do projeto de extensão. Duas alunas voluntárias realizaram uma visita de acolhimento e escuta da demanda a partir da narrativa da direção escolar. A demanda esteve relacionada a duas turmas do 5º ano (total de 36 alunos) com experiências de violência verbal, humilhações e estereótipos. Após encontros de supervisão que ocorriam sempre na Universidade, as duas alunas que atuavam na escola apresentaram a proposta de um grupo a ser desenvolvido com os alunos, com o objetivo de mobilizar o reconhecimento e validação da diversidade, bem como expressão emocional e a minimização de interações sociais atravessadas por comportamentos agressivos.

Em um primeiro momento realizou-se um encontro com os pais dos alunos, buscando conversar a respeito da violência escolar e seus impactos no desenvolvimento socioemocional e aprendizagem, tanto de quem agride quanto de quem é agredido. A ideia foi sensibilizá-los a respeito do tema e discutir a respeito da banalização da violência escolar. Neste mesmo encontro, os pais foram informados a respeito do grupo e solicitados, aos que tivessem interesse, para assinar o termo de autorização para que seus filhos pudessem participar dos encontros. O grupo configurou-se, em um primeiro momento, em 27 participantes, divididos em dois

grupos, um com 15 e outro com 12 alunos. As ações grupais foram planejadas (e frequentemente repensadas) a partir da escuta dos próprios alunos e do reconhecimento detalhado de suas demandas e necessidades.

O grupo iniciou-se em agosto de 2018. Os dispositivos utilizados nos primeiros encontros foram dinâmicas que mobilizaram um conhecimento e interação dos alunos com as acadêmicas coordenadoras, tendo como objetivo a construção do vínculo e coesão grupal. Iniciou-se a técnica do *role play* (Nery & Conceição, 2012) com o objetivo de trabalhar questões manifestas sobre o convívio grupal, compreensão e validação da diversidade e a violência escolar, bem como outras demandas grupais emergentes, a partir da projeção dos próprios adolescentes na construção de peças de teatro. Ao longo da técnica pode-se perceber que os alunos possuíam consciência sobre seus atos conflitivos, compreendiam os problemas e eram capazes de elaborar possíveis soluções para melhorar as relações conflitivas. No entanto, ao se realizar a escuta dos professores sobre a mudança dos comportamentos dos alunos ao longo da intervenção grupal, parecia existir um descompasso entre a produção coletiva, construída no grupo, e o comportamento diário, na interação social entre colegas e professores. A ideia da ação grupal foi, gradativamente, mobilizar estas mudanças, a partir de um processo de (re) significação de comportamentos e relações violentas, construindo novas formas de ser e existir nos espaços de interações sociais e afetivas.

Ao final do ano letivo, os professores verbalizaram pouca mudança frente aos comportamentos de violência dos alunos. Em discussões realizadas junto à SMEC para (re) avaliação das ações, concluiu-se que, em 2019, novas intervenções deveriam ser adicionadas ao grupo, oferecendo um olhar ao contexto familiar e social dos alunos que trazia consigo experiências de violências e vulnerabilidades. O Centro de Referência da Assistência Social, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social uniu-se à proposta, acolhendo, em dezembro de 2018, encaminhamentos realizados pela equipe do projeto. Desta forma, a rede de atenção em Psicologia Escolar se amplia, tendo nas ações do projeto de extensão uma importante via de compreensão e mudança do espaço escolar.

Grupo de professores como ação de cuidado na rede de atenção em saúde mental

O grupo de professores partiu da necessidade de se pensar uma intervenção frente ao alto índice de afastamento das práticas docentes por motivos de adoecimento psíquico, principalmente associado à Classificação Internacional de Doenças (CID) de depressão e ansiedade. Esta foi uma demanda apresentada na oportunidade em que a parceria com a SMEC foi firmada, em outubro de 2017. O objetivo do grupo foi acolher os professores com demandas associadas ao sofrimento psíquico e pensar suas possíveis relações com o espaço escolar, identidade docente, além de construir, coletivamente, estratégias de resolução de conflitos e tomada de decisões. A partir do grupo, avaliações

em saúde mental e encaminhamentos à rede também poderiam ocorrer, bem como outras formas de cuidados à saúde mental do professor.

O grupo foi homogêneo, conforme classe profissional e modalidade de ensino e fechado, com tempo de duração pré-determinado (sete meses), com frequência semanal. As técnicas utilizadas transitaram por técnicas de apresentação, integração, sensibilização, técnicas focadas na tarefa, técnicas de treinamento e desenvolvimento, técnicas ludopedagógicas e de relacionamentos interpessoais, bem como técnicas de encerramento. Todas elas foram pensadas e planejadas a partir da identidade do grupo, seus objetivos terapêuticos, bem como a singularidade que representou a coletividade grupal.

O grupo foi divulgado entre as escolas municipais, por meio de reuniões entre gestores, diretores e professores da rede municipal no mês de março de 2018. Os professores interessados entraram em contato por e-mail com as acadêmicas citadas como referência, indicando interesse em participar. Foi realizado um acolhimento inicial para compreender a demanda dos professores, bem como avaliar a adequação à proposta e objetivos grupais. O grupo foi mediado por duas psicólogas, egressas do curso de Psicologia da Universidade que atuavam como voluntárias no projeto.

Em virtude do alto número de professores vinculados à rede municipal de ensino (em média, 350 professores), optou-se por organizar os grupos em edições. Sendo assim, o público-alvo para a primeira edição foram professores da rede municipal de ensino do Município de Santiago, inicialmente vinculados a cinco EMEIs e cinco EMEFs. A escolha das escolas se deu por meio de um estudo prévio acerca dos laudos e afastamentos do trabalho. No entanto, a ideia é contemplar todas as escolas, na medida em que o grupo for desenvolvendo novas edições. A participação no grupo pode ser validada como horas de formação docente continuada, conforme acordado pela secretária da Educação do município.

Ao total, realizaram-se 18 encontros, com frequência semanal, sendo o primeiro deles realizado em abril de 2018 e o último em outubro de 2018. Ao longo do desenvolvimento do grupo, foram realizadas supervisões quinzenais nas dependências da Universidade. Nos encontros, as professoras reconheceram a sobrecarga do trabalho e o esvaziamento de papéis sociais, familiares e afetivos desempenhados fora daquele espaço. Coletivamente, se pensou em mudança de comportamentos, buscando o resgate destes papéis em um equilíbrio com o papel social de ser professor. Utilizou-se como dispositivo de reflexão, a escrita da carta para si, com o objetivo de resgatar a trajetória profissional, o desejo pela profissão, os encantamentos, desafios, e possibilidades ao longo da carreira. As escritas foram compartilhadas e discutidas no grupo. As professoras puderam perceber o amadurecimento profissional vivenciado ao mesmo tempo em que puderam identificar possibilidades de resgate dessa história.

A finalização dos encontros ocorreu com discussões acerca de representações de si no início dos encontros, se comparados à representação atual, buscando compreender

a visão das professoras acerca da eficácia e efetividade das ações realizadas. Todas as participantes relataram amadurecimento profissional e mudança de comportamentos tanto nas atividades desenvolvidas no espaço escolar quanto em outros contextos da vida cotidiana. Em devolutiva e reunião com a SMEC, realizada em dezembro de 2018, acordou-se que o grupo de professores será retomado em Março de 2019, integrando, a partir desta data, a rede de encaminhamentos em saúde mental do Município.

Discussão

A Consultoria em Psicologia Escolar está possibilitando que as escolas conheçam outras formas de atuação em Psicologia Escolar. O mapeamento institucional, por meio de observações e conversas formais e informais, é uma das importantes ferramentas utilizadas que permite a análise e compreensão dos contextos escolares. O mapeamento institucional é uma prática que deve ocorrer já no início das intervenções do Psicólogo Escolar Crítico, com o intuito de um levantamento inicial das queixas e sua problematização (Marinho-Araujo, 2014).

Já no início do projeto de extensão, promoveram-se espaços de diálogo, tanto com a equipe diretiva, como com pais, professores e alunos, de forma individual e em grupo. Estes espaços são uma das competências da Psicologia Escolar, pois favorecem a discussão e problematização de situações e queixas visando a busca de soluções coletivas e não individualizantes e excludentes (Dos Santos, Menezes, Borba, Ramos, & Costa, 2017; Marinho-Araujo, 2014). A possibilidade de fala de pais e de alunos, por exemplo, é de suma importância, pois geralmente a demanda/queixa escolar advém da equipe diretiva ou dos professores. A queixa geralmente ocorre pela busca de homogeneidade no comportamento dos alunos sob forma de culpabilização dos mesmos e de suas famílias (Labadessa & Lima, 2017). Assim, dar a possibilidade de escuta aos alunos, principais motivos das queixas da escola, é uma forma de ampliar o olhar acerca da demanda, desnaturalizando-a e problematizando-a de forma que se entenda a complexidade das dificuldades, considerando-se os aspectos históricos, sociais e culturais da sua produção (De Souza et al., 2016; Marinho-Araújo, 2014).

Na consultoria, a escuta de alunos ocorreu de forma coletiva, pela via dos grupos. Este tipo de trabalho é uma forma importante de ampliar as queixas e, para, além disso, uma forma de conceber as queixas como fenômenos que ocorrem em um contexto – o escolar, em um grupo – o da sala de aula, e em uma comunidade maior que engloba a família, a equipe diretiva e os professores. O trabalho em grupo auxilia na ressignificação da queixa, entendendo que a mesma resulta de um processo de interação social, institucional, histórico e cultural, trabalho condizente com as concepções da Psicologia Escolar Crítica (Guzzo et al., 2010; Marinho-Araujo, 2014; Marinho-Araujo, 2016).

Assim, os grupos realizados deram voz aos alunos que, muitas vezes, não são escutados pela via de suas potencialidades e puderam expressar aspectos importantes e naturais de seu processo de desenvolvimento. Sobre isso, é importante destacar que a escola acaba sendo um espaço em que os alunos podem manifestar sentimentos e comportamentos, mas que nem sempre consegue perceber tais condutas como aspectos naturais do desenvolvimento ou como potencialidades de trabalho (Patrias & Abaid, 2014). Ao expressar certos comportamentos, os adolescentes acabam por manifestar desejo de fala e de escuta.

Na consultoria, ao vislumbrar a possibilidade do grupo e não a individualização de comportamentos e a rotulação de certos alunos, os sentimentos e comportamentos, em atividade grupal, acabam circulando e fazendo com que os adolescentes possam identificar-se, sem rótulos, falando e sendo escutados sem julgamentos. Os adolescentes nomeados “rebeldes” dos 7º e 8º anos demonstraram estes aspectos pelo desejo de falar sobre temas que, geralmente, são comuns e produzem dúvidas nesse período do desenvolvimento como, por exemplo, a sexualidade. Além disso, também surgiram narrativas associadas à violência que puderem ser olhadas e acolhidas. O mesmo ocorreu no segundo grupo dos 5º anos que, pela percepção dos professores, eram os produtores de violência. Ao produzir o espaço de reflexão grupal, os alunos puderam expressar concepções naturalizadas acerca da violência e a dificuldade em mudar comportamentos em sala de aula. Em 2019, em parceria com a rede de atendimento municipal (Psicologia Escolar da SMEC, CREAMS, CRAS e Conselho Tutelar), serão pensadas e produzidas outras intervenções, com o intuito de desenvolver ações que contemplem um olhar ampliado.

Já o grupo de professores teve o intuito de promover um espaço de escuta e reflexão para aqueles professores que estavam afastados de suas atividades por motivo de saúde. A possibilidade de trabalhar com professores, em grupo, é um importante papel do Psicólogo Escolar crítico, sendo que, ao professor, é atribuído importante função na educação e na sociedade. No entanto, paradoxalmente, não são providos de prestígio e valor, tendo, muitas vezes, que trabalhar em ambientes precários, condições de baixos salários além de formação que não contribui para lidar com os desafios diários da escola como, por exemplo, a heterogeneidade individual, social, histórica e econômica dos alunos e de suas famílias. Todos estes aspectos contribuem para o adoecimento psíquico (Carlotto, 2011; Nóvoa, 2007; Tessaro, 2004). Portanto, um espaço de reflexão sobre estes aspectos é de extrema importância. A consultoria permitiu que os professores pudessem falar sobre os desafios da profissão e pensar formas de manejo adequado ao contexto no qual eles se encontravam inseridos.

No geral, a consultoria tem sido uma atuação que acolhe a demanda, mas recorre à crítica a partir de um olhar amplo sobre as queixas escolares não apenas de alunos, mas também de gestores e professores. Essa forma de atuação possibilita a abertura

de espaços para reflexões, para se pensar de forma coletiva acerca da complexidade da queixa escolar (Labadessa & Lima, 2017). Assim, está permitindo que a SMEC e as escolas possam construir um novo olhar acerca do papel do Psicólogo Escolar, (re) significando o lugar e a prática interventiva da Psicologia nas queixas escolares.

Considerações finais

Este artigo buscou descrever as ações extensionistas iniciais desenvolvidas no projeto de extensão “Consultoria em Psicologia Escolar: proposta interventiva em queixas escolares”. O grupo desenvolvido com alunos e professores evidenciou o potencial de Psicologia Escolar como campo teórico-prático de promoção de saúde. O projeto já se constitui como um importante suporte para as escolas municipais, uma vez que conquistou o espaço junto à SMEC e, atualmente, planeja intervenções escolares junto ao serviço de Psicologia Escolar do município. O olhar crítico da Psicologia sobre as queixas escolares possibilita ressignificações e mudanças em comportamentos e atitudes que, por vezes, são considerados sob uma perspectiva da descrença, da impossibilidade de aprender e do fracasso escolar como única possibilidade.

A Consultoria em Psicologia Escolar acaba por se tornar uma possibilidade de mostrar o papel e a importância da Psicologia nas Escolas diante da falta de conhecimento adequado, acerca da atuação psi na educação, de muitos profissionais. Ainda, enquanto não há psicólogos nas escolas públicas, o projeto pode auxiliar a repensar práticas e queixas.

A avaliação da eficácia e efetividade das intervenções foi realizada pela via do *feedback* dos participantes dos grupos, da observação e da compreensão da narrativa de professores que conviviam diariamente com os alunos. Inicialmente, por ter um cunho exploratório, a intervenção não teve como objetivo investigar a eficácia e efetividade das ações. No entanto, instrumentos que possam viabilizar essa análise, tais como entrevistas, questionários e escalas, deverão ser utilizados pela equipe do projeto em ações futuras. Esses instrumentos poderão ser utilizados antes e após a intervenção, funcionando como dispositivos de reflexão sobre a prática.

Referências

- Andrada, E. (2005). Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 196-199. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n2/27470.pdf>
- Barbosa, D. R., & De Souza, M. P. R. (2012). Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16(1), 163-173. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100018>
- Barbosa, R. M., & Marinho-Araujo, C. M. (2010). Psicologia escolar no Brasil: Considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia*, 27(3), 393-402. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00515.pdf>
- Brasil (2000). *Projeto de Lei (PL) 3.688 de 2000. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola*. Retrieved from <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>
- Borges-Andrade, J., Bastos, A., Andery, M., Guzzo, R., & Trindade, Z. (2015). Psicologia -brasileira: Uma análise de seu desenvolvimento. *Universitas Psychologica*, 14(3), 865-880. doi: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy14-3.pbua>
- Carlotto, M. S. (2011). Síndrome de Burnout em professores: Prevalência e fatores associados. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 403-410. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400003>
- Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Resolução nº 013 de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro*. Retrieved from https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf
- De Souza, M. P., Gomes, A. M., Checchia, A. K., Lara, J. S., & Roman, M. D. (2016). Psicólogos em secretaria de educação paulistas: Concepções e práticas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(3), 601-610. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031058>
- Dias, A. C. G., Patias, N. D., & Abaid, J. L. W. (2014). Psicologia escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(1), 105-111. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a11.pdf>
- Dos Santos, D. C., Menezes, A. B., Borba, A., Ramos, C. C., Costa, T. D. (2017). Mapeamento de competências do psicólogo escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(2), 225-234. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121109>
- Guzzo, R. S. L., Mezzalira, A. S. C., Moreira, A. P. G., Tizei, R. P., & Silva Neto, W. M. (2010). Psicologia e educação no Brasil: Uma visão da história e possibilidades nessa relação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 131-141. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500012>
- Guzzo, R. S. L., Moreira, A. P. G., & Mezzalira, A. S. C. (2011). Avaliação psicossocial: Desafios para a prática profissional nos contextos educativos. *Avaliação Psicológica*, 10(2), 163-171. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000200007

- Guzzo, R. S. L., Moreira, A. P. G., & Mezzalira, A. S. C. (2016). Desafios para o cotidiano do psicólogo dentro da escola: a questão do método. In M. V. Dazzani & V. L. T. de Souza (Orgs.), *Psicologia escolar crítica: Teoria e prática nos contextos educacionais* (pp.22-35). Campinas: Alínea.
- Labadessa, V. M., & Lima, V. A. A. (2017). Queixa escolar: Repercussões na escola a partir do atendimento psicológico. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 369-377. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702131116>
- Lima, A. O. M. N. (2005). Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. *Psicologia Argumento*, 23(42), 17-23. Retrieved from <http://132.248.9.34/hevila/Psicologiaargumento/2005/vol23/no42/2.pdf>
- Marinho-Araujo, C. M. (2014). Intervenção institucional: Ampliação crítica e política da atuação em Psicologia Escolar. In R. S. L. Guzzo (Org), *Psicologia escolar: Desafios e bastidores da escola pública* (pp.153-175). Campinas: Alínea.
- Marinho-Araújo, C. M. (2016). Perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano: Fundamentos para atuação em psicologia escolar. In M. V. Dazzani & V. L. T. de Souza (Orgs.), *Psicologia escolar crítica: Teoria e prática nos contextos educacionais* (pp. 37-55). Campinas: Alínea.
- Marinho-Araújo, C. M., & Almeida, S. F. C. (2014). *Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. (3ª Ed.). Campinas: Alínea.
- Nery, M. da P., & Conceição, M.I.G. (Orgs.). (2012). *Intervenções grupais: o psicodrama e seus métodos*. São Paulo: Ágora.
- Neves, M.M.B.J. (2010). Procedimentos de avaliação das queixas escolares e níveis de intervenção – PAIQUE (pp. 2919-2930). In: *VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia.Actas*. Braga / Portugal.
- Nóvoa, A. (2007). Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo. *Palestra proferida*. São Paulo: Sinpro. Retrieved from http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf
- Patias, N. D., & Abaid, J. L. W. (2014). O que pode fazer um estagiário de psicologia na escola? Problematizando prática e formação profissional. *Educação*, 39(1), 187-200. doi: <https://doi.org/10.5902/1984644444817>
- Patto, M. H. S. (1993). *Introdução à psicologia escolar*. São Paulo: Queroz.
- Pereira-Silva, N. L., Andrade, J. F.C., Crolman, S. R., & Mejía, C. F. (2017). O papel do psicólogo escolar: Concepções de professores e gestores. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 407-415. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-35392017021311165>
- Silva, M. B. (2009a). *Consultoria em psicologia escolar/educacional - princípios teóricos e técnicos e contribuições de práticas sistematizadas*. Curitiba: Juruá.
- Silva, M. B. (2009b). Consultoria em Psicologia escolar/educacional: reflexões sobre a teoria, a prática profissional e o estágio supervisionado. In. M. B. Silva (Org.). *Consultoria em Psicologia Escolar/Educacional - Princípios Teóricos e Técnicos e Contribuições de Práticas Sistematizadas* (pp. 31-74). Curitiba: Juruá.
- Tessaro, N. S. (2004). Professor: da formação inicial à competência para ensinar. In G. P., Witter (org.), *Psicologia e Educação: Professor, ensino e aprendizagem* (pp. 77-105). Campinas: Alínea.